

Os patrimônios culturais da escola da ciência, biologia e história (ECBH): uma experiência no ensino de história

The cultural heritage of the school of science, biology and history (ECBH): an experience in history teaching

Gerderson Lucas Loyola dos Santos

253

Resumo: Este artigo trata da realização da experiência de estágio no semestre 2022/1, na Escola da Ciência - Biologia e História (ECBH), especificamente no acervo histórico e museológico, principalmente dos patrimônios culturais, material e imaterial, focalizando na história capixaba. Teoricamente baseia-se no pensamento de Abreu (2015) e Davallon (2015) para pensar o Patrimônio Cultural. Discute, ainda, a construção de identidade (HALL, 2014), memória (HALBWACHS, 1990) e o ensino de história local (SCHMIDT; GARCIA, 2005). Para isso, faz um percurso do processo de patrimonialização no Brasil, abordando as práticas educativas realizadas na Escola da Ciência - Biologia e História (ECBH), com intuito de vivenciar a valorização da memória e da história local, na possibilidade de favorecer o sentimento de pertencimento do indivíduo em relação ao lugar onde vive.

Palavras-chave: História local. Patrimônio Cultural. Identidade e Memória. Escola da Ciência - Biologia e História (ECBH).

Abstract: This article deals with the realization of the internship experience in the semester 2022/1, at the School of Science Biology and History (ECBH), specifically in the historical and museological collection, mainly of material and immaterial cultural heritage, focusing on the history of Espírito Santo. Theoretically, it is based on the thinking of Abreu (2015) and Davallon (2015) to think about cultural heritage. It also discusses the construction of identity (HALL, 2014), memory (HALBWACHS, 1990) and the teaching of local history (SCHMIDT; GARCIA, 2005). For this, it traces the process of patrimonialization in Brazil, approaching the educational practices carried out at the School of Science, Biology and History (ECBH), in order to experience the appreciation of memory and local history, in the possibility of favoring the feeling of belonging. of the individual in relation to the place where he lives.

Keywords: Local history. Cultural heritage. Identity and Memory. School of Science Biology and History (ECBH).

Introdução

Este artigo foi construído a partir da experiência no componente curricular de Estágio Supervisionado Obrigatório II, do curso de História, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), realizado no semestre 2022/1. A temática dessa disciplina foi o Patrimônio Cultural material e imaterial, com experiências realizadas na Escola da Educação Básica e na Escola da Ciência - Biologia e História (ECBH), na perspectiva de se entender como o ensino de História se configura nesses espaços e de que maneira se dá o processo de conhecimento e reconhecimento da história local.



Diante disso, a decisão tomada foi escolher a ECBH, no intuito de compreender como os saberes históricos são mobilizados e de que forma o acervo e a mediação deste espaço tem contribuído para o aprendizado dos visitantes. Sendo assim, o ideal é analisar os roteiros da sessão dos patrimônios culturais da instituição, verificando e acompanhando o modo como são orientadas as práticas educativas do ensino para a história. A partir dessa concepção, é necessário fazer uma experiência dessas práticas e vivenciar como o ensino da história local tem sido mediado e contribuído para a formação do conhecimento histórico.

Por esse motivo, tem como objetivo geral: refletir como ocorre a mediação na sessão dos patrimônios culturais, problematizando a maneira como é trabalhado o sentimento de pertença dos sujeitos em relação à história regional capixaba, por meio da experiência realizada dos estagiários como monitores da ECBH. Especificamente, buscou-se observar as práticas educativas ensejadas na sessão dos patrimônios culturais na instituição; identificar os conteúdos dos roteiros temáticos elaborados pela ECBH e; analisar a maneira como são desempenhadas as práticas do acervo histórico patrimonial fazendo uso da mediação como experiência, junto aos visitantes neste espaço, na perspectiva de favorecer o conhecimento dos indivíduos e promover a evocação de lembranças que possibilitassem que cada um se reconheça pertencente ao lugar onde residem.

Inicialmente, convém fazer um breve percurso da patrimonialização brasileira, por meio da Lei.25/1937, juntamente com a Constituição de 1988. Logo após, abordar o pensamento de Abreu (2015), ao defender que é a partir da patrimonialização que o bem cultural deve ser preservado e exposto ao olhar do público, ou seja, ele se torna bem público e legado de um coletivo de indivíduos. De acordo com esse raciocínio, Davallon (2015) entende que a patrimonialização é, então, um processo pelo qual um novo laço vai ser construído entre o presente e o passado. Para isso, o autor se apoia no ponto de vista de que a memória coletiva constitui um conjunto de saberes que é transmitido no seio do grupo social pelos próprios membros do grupo. Assim, a partir dessas reflexões, segundo Abreu (2015) essa definição de Patrimônio



Cultural e Material, é um conjunto de bens móveis e imóveis, em que a conservação e preservação passam a ser de interesse público. Para isso, a autora conceitua que o Patrimônio Cultural Imaterial se refere às manifestações, festas culturais e que, de alguma forma, o sujeito se sente parte, integrando-se nesse espaço cultural e, assim, contribuindo para o conhecimento da sociedade.

Desse modo, dialoga com o conceito da identidade e memória, com base no pensamento de Hall, (2014), ao afirmar que o sujeito pós-moderno é aquele que não possui apenas uma única ou permanente identidade, mas várias, das quais algumas são contraditórias e, outras não são resolvidas, esse pensamento se relaciona com entendimento de Halbwachs (1990), que sustenta a ideia de que, para promover a identidade existe uma diferenciação das lembranças redirecionadas, também, das divisões do tempo, que são singulares para cada grupo e para cada indivíduo. Essa divisão do tempo permite a constituição de uma lembrança, enquanto tal, e sua diferença entre outras lembranças numa ligação das recordações. Acrescenta, ainda, a interrogação sobre os modos como algumas dessas lembranças não se confundem entre si e, podem ser confrontadas, dando estrutura à função da memória.

No mesmo sentido, para Schmidt e Garcia (2005, p. 301), as lembranças, “tem uma ‘função prática’, de dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade em que eles vivem, numa dimensão temporal, em uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória histórica”.

Para isso, este artigo se constrói em dois movimentos. O primeiro se refere às reflexões acerca dos processos políticos voltadas à preservação do Patrimônio, especificando como essa trajetória da patrimonialização se configurou no Brasil. O segundo momento será dividido em dois tópicos: Na primeira parte, apresentar a história da ECBH e na segunda, abordar as práticas desempenhadas no período 2022/1, relatando de que forma essa vivência, por meio da mediação, contribuiu e favoreceu para o conhecimento dos sujeitos envolvidos na experiência acerca da história local.



A trajetória do Patrimônio Cultural no Brasil

É inegável a importância do Patrimônio Cultural para as sociedades, pois relaciona-se com o sentimento de pertencimento, que favorece o entendimento de quem somos, do lugar ao qual pertencemos no mundo e de como as pessoas se relacionam e se posicionam na história. A noção de Patrimônio Cultural está ligada à ideia de herança, no qual. “[...] a patrimonialização é um modo de produção e transmissão, implicando, ao mesmo tempo, realidades materiais ou imateriais (aquilo que chamamos precisamente de patrimônio) e, saberes relativos a esses objetos” (DAVALLON, 2015, p. 7).

Um dos meios pelos quais os saberes e fazeres são transmitidos geracionalmente é pelas narrativas orais, isso revela elementos das histórias de vida da população, o que permite a atribuição de valores e favorece a salvaguarda e preservação, sendo assim, conseguimos entender que esses bens culturais precisam ser preservados.

É justamente a apropriação de um bem cultural ou patrimonial pelo sujeito e pelo grupo ao qual ele pertence que podemos atribuir o sentimento de pertença e isso aponta para o seu caráter preservacionista. A importância do Patrimônio Cultural material e imaterial para a sociedade recai sobre seu aspecto comunicacional (DAVALLON, 2015), ou seja, por meio deles, podemos acessar saberes e fazeres de outras temporalidades, conforme destaca Davallon:

Na transmissão da significação sob forma de memória, o saber e o objeto ao qual esta significação diz respeito (o acontecimento, por exemplo), assim como o suporte da transmissão (o testemunho, por exemplo), são por aquele que tem a intenção de transmitir esse saber: ele é o destinatário (2015, p.11).

Nessa perspectiva, os patrimônios favorecem a produção de conhecimento a partir das relações com a própria cultura de origem, sendo assim, todos os bens registrados como patrimônios culturais precisam ser



preservados, desse modo, são heranças históricas e favorecem o conhecimento de nossas origens.

Considerando a importância dos bens culturais para os processos identitários dos grupos sociais, é interessante destacar os percursos das políticas de patrimonialização no Brasil. O Decreto de lei nº. 25/1937 é um dos instrumentos para a proteção do Patrimônio Cultural brasileiro e está em vigor até os dias de hoje. De acordo com Dias,

[...] essas iniciativas isoladas não atendiam às necessidades de proteção dos bens culturais brasileiros em sua abrangência, e a primeira instituição de vinculação federal só teve sua existência regulada pelo Decreto-Lei 25, de novembro de 1937, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que após sucessivas fases de atuação e mudanças de denominação, é hoje o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (DIAS, 2014, p.32).

Por esse decreto, patrimônio se constitui em um conjunto de bens móveis e imóveis existentes em nosso país, cuja conservação é de interesse público e tem vinculação com os fatos históricos brasileiros, pode se afirmar que,

[...] o decreto define os procedimentos que são adotados por ocasião dos estudos de tombamento e estabelece os seus efeitos. Os bens culturais e naturais, considerados de interesse para a preservação, a juízo do Conselho Consultivo, são inscritos conforme a sua natureza, num dos quadros “livros do Tombo”, a saber o: “Livro do Tombo Arqueológico, Etnológico e Paisagístico”, o “Livro do Tombo Histórico”, o “Livro do Tombo das Belas Artes” e o “Livro das Artes Aplicadas”. (ANDRADE, 1997, p.57)

Desse modo, dá a entender que seu valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, estão sujeitos a registros naturais, sendo assim, sítios e paisagens que sejam significativos precisam de conservação e proteção.

Para que esta causa das práticas de conservação de bens culturais entrasse em vigor, em 13 janeiro de 1937, foi fundado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), vinculado ao Ministério da Saúde no período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945). No entanto, passou a regulamentar a arqueologia e a patrimonialização no Brasil, isso deixaria muito claro essa disputa de memória e as relações de poder. É perceptível que o ano



de 1937 foi o momento de legitimação, quando o movimento artístico e cultural surgiu com o objetivo de romper o tradicionalismo da época. Assim, nesta fase do Estado Novo, o país passava por um momento chamado “*Fase heroica*” (1937-1967), onde marcava um cuidado pela causa cultural (DIAS,2014).

Durante esse período, o SPHAN recebeu diversas colaborações de nomes importantes, com atuação dos modernistas Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freyre, Vinícius de Moraes, Oscar Niemeyer, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

Em 1946 o SPHAN, deixa de ser um serviço e passa a ser uma instituição, com objetivo na preservação dos bens culturais. No período do regime militar (1964-1985), apesar de ter sido um dos momentos difíceis em que se aproveitavam da cultura, como um dos motivos de expansão e repressão da população, como afirma Dias (2014, p. 34): “[...] foi nesse período, com a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, que os tombamentos e, também, seus cancelamentos, tornaram-se dependentes de homologação do ministro da Educação e Cultura, ministério ao qual era subordinado o Sphan” (DIAS, 2014 p. 34). Já na década de 1970, o SPHAN, muda de nome, passando a se chamar Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), atuando na preservação histórica brasileira, no intuito não só preservar a arte colonial ou arquitetura religiosa que antes predominava, mas a mudança foi fundamental para que houvesse a construção da identidade nacional e preservação da memória do Brasil.

Diante disso, o IPHAN, teve um marco histórico com o surgimento da nova estrutura pela Constituição de 1988, em seu Art. 216, em que destaca:

Art. 216. Constituem Patrimônio Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).



Primeiramente, entendemos que esse conceito do Patrimônio Cultural foi instituído pelo Decreto de Lei nº25/1937, que passou a constituir todo esse conjunto de bens patrimoniais, cuja preservação passa a ser de interesse público, associando-se a todos os bens existentes na história. Para isso, a constituição de 1988 trouxe um grande avanço, com a possibilidade de não restringir nenhum tipo de bem, podendo ser um bem material e/ou um bem imaterial, sendo sujeitos à preservação e proteção do patrimônio.

Observando o Art. 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988, é notável que não possui uma limitação da quantidade dos elementos a serem preservados, empregando-se a expressão “nos quais se incluem”. Nesse sentido, pode-se afirmar, que outros bens possam vir a existir, como os bens pertencentes à nossa cultura, identidade, memória e outros, passam a ser identificados como Patrimônio Cultural. Nessa esfera, os bens materiais acabam se tornando reconhecidos através da coleção de arqueologia, paisagísticos, acervos museológicos, históricos, bens individuais, artes aplicadas, documentos, cidades históricas, que passam a ser permanentes por possuir uma grande durabilidade e valor na sociedade e, estabelecendo uma forma de preservação desses conjuntos de bens históricos. No entanto, todos os bens que são constituídos Patrimônio Imaterial, passam a ser reconhecidos na forma como as pessoas se identificam, por meio da cultura, das festas, crenças, costumes e tradições, que são manifestadas ao longo da vida e que passam de geração em geração.

O Decreto Lei n. 3.551 de 04 de agosto de 2000, instituiu dois mecanismos de valorização dos patrimônios, chamados aspectos imateriais do Patrimônio Cultural, que é o inventário dos bens culturais imateriais e o registro daqueles considerados merecedores de uma distinção por parte do Estado (ABREU, 2015). No entanto, muitos patrimônios passaram a ser registrados, desde a esfera federal, estadual e municipal e, de modo que, alguns órgãos instituíram o reconhecimento e a importância desses bens para aquele local.

É importante destacar que esses movimentos de leis no Brasil, quanto aos patrimônios culturais, passam a ser registrados por meio do IPHAN. Hoje, percebemos que o Patrimônio Cultural abrange muito mais do que isso e não



se trata apenas de objeto de ensino, mas envolve um olhar para o patrimônio com a intenção de trazer fundamentos históricos das identidades culturais, do fortalecimento e da construção dos sujeitos coletivos. Assim, estando interligadas com as fontes históricas, arqueológicas, antropológicas e sociológicas, favorecendo uma forte raiz histórica. Diante disso, a questão política do patrimônio histórico se relaciona com a preservação dos bens culturais.

A partir desses aspectos da trajetória e os processos ocorridos no território brasileiro, entende-se que o modernismo foi um movimento importante, que passou a se destacar, não só na questão cultural, mas em busca da valorização da identidade, memória, história, cultura e a produção artísticas e realizadas no Brasil no século XX. Nesse caso, a construção da identidade e da memória tornou-se um marco na sociedade. No que se refere à identidade, Hall (2014), em seus primeiros capítulos da obra *A identidade na Pós-modernidade*, chamou à atenção para a “crise de identidade” pela qual passou a ser acometido o sujeito na modernidade tardia, destacando-se que

Tal sujeito já foi um dia considerado unificado e hoje se encontra cindido, fragmentado, deslocado e descentrado em uma polissemia de identidades das quais ele precisa lidar, tais como seu pertencimento ou suas “paisagens culturais” de nacionalidade, de classe, de etnia, de religiosidade, de língua, de sexualidade e de gênero (HALL, 2014, p. 9).

Para desenvolver sua argumentação, o autor afirma que esse sujeito da modernidade tardia, celebra a identidade “móvel”, pois o indivíduo “[...] assume identidades diferentes em diferentes momentos” e, esse deslocamento constante torna a identidade plenamente unificada, segura e coerente como uma fantasia, não mais possível de ser atingida ou alcançada nos dias atuais” (HALL, 2014, p. 12). No intuito de afirmar um caráter de mudança na modernidade, a sua justificativa é de que as sociedades modernas são, por identificação “[...] sociedades de mudança constante, rápida e permanente”, que por sua vez são caracterizadas pela diferença, isto é, “[...] elas são atravessadas por uma diversidade de divisões e antagonismos sociais, que produzem uma variação das diferenças identitárias” (HALL, 2014, p. 12). Isso



significa que cada indivíduo em determinadas circunstâncias se posicionará de acordo com a identidade que melhor lhe convier, ou seja, aquela com que ele mais se identificar. Para isso, produz vínculos, procuram afeição, memórias padrão e, a partir disso, estabelecem uma identidade coletiva, uma memória social. Dessa forma, a memória individual e, por decorrência, a identidade individual, acaba adotando influências da coletividade, abrangendo elementos mais extensos que os individuais. Nas palavras de Halbwachs (1990, p. 25): Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias.

Assim, pode-se dizer, a partir do pensamento do autor, que as memórias são construídas por grupos sociais. Os sujeitos é que se identificam e conseguem manifestar as lembranças e, a partir disso, as memórias sociais e individuais se relacionam. Quanto mais existem resistências entre esses indivíduos no sentido de alcançar um objetivo, mais associadas são as memórias. A junção desses indivíduos é importante e fundamental, pois é o processo de sociabilização que vem através da linguagem que possibilita contar a história. Diante disso, as lembranças renascem com a vivência que o tempo presente provoca. A recordação é ter várias lembranças do passado e, essa lembrança é um sentimento deixado pelos episódios ocorridos que permaneceram presentes na memória.

Para isso, pensamos a importância daquilo que se vive e se rememora nos contextos locais, pois, segundo Schmidt e Cainelli (2004, p. 112), o trabalho com a história local, deve levar em conta duas questões:

Em primeiro lugar, é importante observar que uma realidade local não contém, em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo, por processos históricos mais amplos. Em segundo lugar, ao propor o ensino de história local como indicador da construção de identidade, não se pode esquecer de que, no atual processo de mundialização, é importante que a construção de identidade tenha marcos de referência relacionais, que devem ser



conhecidos e situados, como o local, o nacional, o latino-americano, o ocidental e o mundial.

Para Schmidt e Cainelli (2004, p. 113), o estudo da história local pode “[...] garantir uma melhor apropriação do conhecimento histórico baseado em recortes selecionados do conteúdo, os quais serão integrados no conjunto do conhecimento”. Entre os objetivos do ensino de história local, destaca-se a importância do aluno conhecer e aprender a valorizar “[...] o patrimônio histórico da sua localidade, de seu país e do mundo” (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 114).

Práticas educativas como experiência na ECBH

Ao referir-se às experiências diversas no ensino da história, cabe ressaltar que há espaços educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural. Nesses casos, esses elementos assumem o papel de responsáveis por favorecer a compreensão histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Acerca dessa apresentação sobre o percurso dos processos de patrimonialização, pode-se destacar as práticas realizadas sobre o Patrimônio Cultural e história local ensejadas na ECBH. Essa escola é um coletivo educador que se constitui como espaço permanente de formação e reflexão sobre práticas educativas que reúne o Patrimônio Cultural e o ensino de história local. A ECBH, no decorrer da década 1980, surgiu por meio de um movimento organizado por diversos professores de ensino na região metropolitana de Vitória no Espírito Santo, com o objetivo de criar um espaço educativo, que a partir de então, passou a se chamar Centro de Ciências de Vitória. Diante disso, foi realizada uma organização deste percurso, em dois momentos: primeiro uma breve apresentação da ECBH e, posteriormente, relatos das experiências produzidas durante o Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de História da Universidade Federal do Espírito Santo, no semestre de 2022/1.



A Escola da Ciência - Biologia e História (ECBH)

A ECBH está localizada próxima ao Sambão do povo¹, no bairro Mário Cypreste, em Vitória-ES e, está aberta de segunda a sexta em horário comercial, recebendo o público em geral. Oficialmente, foi inaugurada em 13 de novembro de 2001. Conforme Conti e colaboradores (2011), esse espaço foi pensado a partir das visitas feitas pela professora Ana Maria Marreco Machado em 2000 em outros museus com este perfil, ao redor do Brasil e na França, e pelo secretário de educação à época, Luciano Rezende. Desde então, é administrada pela Prefeitura Municipal de Vitória.

De acordo com os autores, após ter sido idealizado o projeto, era preciso tratar e pensar como se daria esse espaço destinado à sociedade com o intuito de ser um museu que articula a natureza e a cultura ao mesmo tempo, a fim de retratar a história e elementos da cultura capixaba. Parte-se do princípio de que esses conceitos não podem ser abordados separadamente, pois entendemos que o homem cria sua cultura podendo interferir no espaço natural e que a compreensão da identidade local requer uma abordagem interdisciplinar. Assim, é preciso estabelecer um diálogo entre a Biologia e a História, uma vez que as relações entre os homens são indissociáveis de suas relações com a natureza. A escola-museu tem por objetivo socializar e produzir conhecimento e evocar as lembranças que marcaram a época e a população capixaba.

A lembrança, para Halbwachs (1990), é um reconhecimento e uma reconstrução. É reconhecimento, na medida em que porta o "sentimento do já visto". Mediante a essa afirmação, compreende-se que a escola é um grande elemento na construção de identidade, memória e para o ensino da história local, contribuindo na importância do lugar e na compreensão dos processos históricos, na medida em que as pessoas se sentem como parte integrante e ativa da história.

A ECBH tem o enfoque nos roteiros temáticos que abordam a história e a historiografia capixaba, a Biologia e a biodiversidade e esses assuntos são abordados pelos monitores presentes no espaço. À princípio, o espaço possui

¹ O Complexo Walmor Miranda, também conhecido como Sambão do Povo, é o local dos desfiles das Escolas de Samba de Vitória. Localiza-se no bairro Mário Cypreste, na Grande Santo Antônio.



dois pavimentos, sendo que no primeiro fica a entrada principal, onde se localiza a recepção para que as pessoas se identifiquem, registrando sua presença no local. Os grupos de no máximo dez pessoas não precisam de agendamento. Após a identificação, é solicitado um guia, o qual denomina-se monitor, para que, possam fazer o acompanhamento dos roteiros temáticos, conforme o interesse das pessoas, então o monitor relaciona os conteúdos que serão abordados para o diálogo com as pessoas. Desse modo, grupos, estudantes, pesquisadores e o público em geral têm acesso ao espaço para apreciar o acervo, no entanto, grupos acima de dez pessoas precisam de agendamentos, podendo escolher algum roteiro temático de seu interesse ou até mesmo conhecer todo o acervo histórico.

Ainda neste primeiro pavimento, conta com alguns roteiros na área da Ciência e Biologia e, ali, são observados os aquários, de um lado representando os rios com as espécies animais e a forma como eles vivem na água doce, conforme figura 1. Do outro lado, a representação dos mares, apresentando as espécies e os seres vivos, de que forma vivem na água salgada, conforme figura 2.

Figura 1 - Aquário Água Doce



Fonte: Acervo da turma de Estágio Supervisionado II - 2022/1.

Figura 2 - Aquário Água Salgada



Fonte: Acervo da turma de Estágio Supervisionado II - 2022/1.

Seguindo ainda por este pavimento, são encontrados os acervos de animais taxidermizados², demonstrando as mais variadas espécies existentes, ou que estão até mesmo em extinção, com aves, répteis, mamíferos, buscando elucidar de que forma vivem na natureza, conforme figura 3.

Figura 3 - Acervo de animais Taxidermizados



Fonte: Acervo da turma de Estágio Supervisionado II - 2022/1.

² O termo usado significa popularmente, de acordo com o dicionário português, que passou pelo processo de taxidermia, ou seja, pela técnica de preservação de animais mortos que os enche de palha, para conservar suas características físicas.

Já o segundo pavimento possui um acervo histórico, onde há uma representação de elementos da história de Vitória, contando um pouco sobre os aterros que ocorreram desde o século XVI ao século XX; possui espaço que representa vivências dos povos nativos e de alguns artefatos e o processo do desenvolvimento e impacto das ações humanas na natureza. É também possível verificar painéis ilustrativos de como a cidade capixaba era representada no século XX. Mais adiante há 23 maquetes de patrimônios culturais (figura 4), que foram e, que são de grande importância para a sociedade capixaba, com possibilidade de narrar a história dessas construções e de sua representação para a população local.

Figura 4 - Maquetes dos Patrimônios Culturais



Fonte: Acervo da turma de Estágio Supervisionado II - 2022/1

As experiências didático-pedagógicas na ECBH com foco nos Patrimônios Culturais

Para o cumprimento do programa da disciplina de Estágio Supervisionado II, foram realizadas seis visitas no semestre 2022/1, em que cada estudante da turma de graduação em História, ficou responsável em fazer mediações do acervo dos patrimônios culturais, ficando sob cada um a responsabilidade de mediar quatro maquetes. Sendo assim, todos tiveram acompanhamentos, juntamente com os monitores, observando os modos como

eram feitas as mediações e para que pudessem se preparar para as mediações que seriam realizadas posteriormente. Todos tiveram uma perspectiva, para tanto, a formação de um profissional consciente de seu papel na sociedade atual, que integra diferentes saberes para atuar na realidade escolar de forma ativa e transformadora, interagindo na fronteira do ensino e da pesquisa e conhecedor das principais questões atuais relacionadas com o trabalho. Após observarem todo esse processo, buscou-se em fazer uma experiência como monitores na ECBH, através de mediações com base em conteúdos relacionados aos Patrimônios Culturais e, como consequência, elementos da história local capixaba.

Entendemos que a memória coletiva tem uma resistência e o domínio de transformar os acontecimentos do passado em imagens e definições, ou seja, buscam aproximar uma comunicação entre o passado e o presente. Desta forma, a memória coletiva constitui-se como um recurso do passado, dentro do presente e, para Halbwachs (1990), desempenha um papel fundamental nos processos históricos. Desse modo, ao remeter aos objetos culturais, apontando os momentos históricos importantes, entende-se essa importância da preservação e, assim, a necessidade da valorização do passado para os grupos sociais. Para o cumprimento das atividades propostas, naquele primeiro momento, houve a necessidade de fazer um acompanhamento junto aos mediadores da ECBH e, também, participar na recepção dos estudantes de uma escola municipal de Vitória. Nesta ocasião, a coordenadora da escola fez toda a orientação aos estudantes, explicando as normas, os usos de equipamentos dentro do espaço e explicando os limites para o acesso e a visualização do acervo, para preservação dos seres vivos. Além disso, buscou-se fazer uma conscientização dos visitantes para que o percurso fosse agradável para todos.

Ao longo do acompanhamento dos estudantes de uma escola de Vitória, verificou-se que muitos estudantes ficaram maravilhados, principalmente com os aquários, com uma variedade de peixes existentes, que chamavam a atenção, além dos animais taxidermizados. Os educandos ficaram perplexos, pois a maioria nunca tinha imaginado ver esses animais de perto, mesmo que



ali, estavam taxidermizados e a curiosidade era tanta, que houve momentos de fotografias em diversas modalidades, as perguntas eram intensas e as dúvidas que os estudantes tinham eram sanadas pelos monitores.

Neste primeiro momento essa escola municipal tinha como foco a área da Biologia e houve todo um discurso elaborado pelo mediador sobre a temática selecionada pela escola, possibilitando as informações necessárias para o aprendizado dos estudantes e, no final, foram feitas algumas atividades de pinturas e desenhos dos roteiros temáticos apresentados pelo mediador. Então, todo esse momento foi observado para que pudesse se desenvolver uma mediação bastante colaborativa dentro deste espaço.

E por fim, chegou o momento dos observadores atuarem como monitores por dois dias na ECBH, visando cumprir a carga horária de Estágio Supervisionado II no semestre 2022/1, com o tema dos patrimônios culturais. No primeiro dia, numa quarta-feira do dia 20 de Julho/2022, todos ficaram muito apreensivos, pois esse momento foi marcado por muita ansiedade. Por fim, neste instante, um grupo de visitantes chegou e começaram de início a olhar as maquetes dos patrimônios culturais e, logo de início na abordagem já observaram um Patrimônio Cultural capixaba, o tão famoso Convento da Penha, enquanto observavam, mais eles queriam saber da construção, e da história desse Patrimônio Histórico que é de grande importância para os capixabas, após finalizar a apresentação, aquele grupo seguiu e continuou a olhar outras maquetes, foi então, que pôde-se perceber que a curiosidade das pessoas era somente em conhecer a história de todo aquele acervo patrimonial que ali estava presente e, que muitos deles não sabiam da existência desses patrimônios capixabas.

Neste dia, por incrível que pareça, foi o dia que foram recebidos um grande volume de pessoas visitando o espaço naquele lugar, isso foi devido a uma divulgação feita pela reportagem do jornal local chamado ES1 exibido de segunda a sábado no horário de almoço que passa na TV Globo, justamente, a reportagem acabou incentivando aos telespectadores a fazerem uma visita na ECBH, já que muitos estudantes nesse período, estavam entrando de férias escolares. Sendo assim, a reportagem contribuiu para que a população e



turistas de outros estados que estavam na cidade, começassem a ter a curiosidade a respeito desse espaço e, de como foi elaborado todo o acervo histórico divulgado. Desse modo, muitas pessoas começaram a surgir durante a visita, ficaram empolgados com todo aquele acervo, que para muitos se tornou algo encantador, pois não imaginavam que existia a ECBH, mesmo ela existindo há mais de vinte anos naquele local, e assim, começaram a chegar pessoas de diversos lugares da grande Vitória, inclusive, um grupo do estado do Rio de Janeiro, que estava à passeio no estado.

Os visitantes começaram a perguntar os mediadores e tirar dúvidas sobre algumas maquetes que ali estavam e, fazendo alguns questionamentos sobre os patrimônios históricos, querendo saber onde ficavam, como por exemplo a Igreja do Rosário, a Capela de Santa Luzia e, se estavam abertos para visita, afinal de contas, nem todos conheciam o acervo histórico de fato, mas cada um mediador ficou sob a responsabilidade, de alguma forma, identificar cada um elemento, para tentar sanar as dúvidas que estavam surgindo no decorrer da mediação.

Havia também pessoas com mais idade visitando o local e, muitos deles, começaram a se lembrar de alguns patrimônios que ali existiam, que até mesmo já trabalharam naqueles espaços, ou, visitaram presencialmente. A experiência de ouvi-los e apreciar as histórias narradas por cada uma daquelas pessoas foram de grande importância para o conhecimento e sua relação com a memória e identidade, pois, de alguma forma, percebiam-se como que cada um se reconhece naquele espaço e, como a história local passou, de alguma forma, a favorecer o conhecimento destas pessoas, trazendo um sentimento de pertencimento do lugar em que viveram. Dessa forma, Schmidt e Garcia (2005, p. 301) afirmam que:

[...] a consciência histórica relaciona “ser” (identidade) e “dever” (ação) em uma narrativa significativa que toma os acontecimentos do passado com o objetivo de dar identidade aos sujeitos a partir de suas experiências individuais e coletivas e de tornar inteligível o seu presente, conferindo expectativa futura a essa atividade atual.

Assim, passamos a compreender de que maneira a história oral contribuiria em nosso tempo presente, implicando com as concepções do



passado e, com isso, para entendemos que o passado e o presente sempre estarão interligados.

E assim, no decorrer das apresentações de todas as maquetes que ali estavam inseridas naquele local, no acervo dos Patrimônios Culturais, chegou uma senhora muito simpática e, abordou um dos mediadores que ali estava e, logo, interrogou-o, perguntando se era do curso de história? O mediador logo respondeu que sim, neste momento esta senhora se sentiu segura em ouvir a fala do mediador, diante de sua curiosidade que era tanta em saber das maquetes dos Patrimônios Culturais Capixabas que estava no local.

Assim, as mediações continuavam prosseguindo, juntamente com aquela senhora, sanando suas dúvidas, relatando a história daquele Patrimônio Cultural e, principalmente uma das maquetes que tinha logo no início, o Mercado da Capixaba, ela se permitiu-se reconhecer como pertencente da história desse Patrimônio Cultural Histórico, que foi de grande importância em sua trajetória enquanto criança, e ali foram tiradas as dúvidas de cada um, que achava interessante ou que chamava a sua atenção e, no final, ela com belo sorriso, disse: “Como aprendi a conhecer melhor todo esse lugar histórico, me senti representada e, como parte dela, me trouxe lembranças de algum desses lugares que foram importantes para minha vida”. E, ao finalizar esse diálogo, o mediador deixou mensagem para ela que dizia: “Este é o nosso trabalho, é trazeremos à memória, o reconhecimento e, essa reconstrução, da noção de pertencimento do lugar que nos envolve e do qual fazemos parte dele”.

Ela então, agradecida, fez um elogio com muito entusiasmo, dizendo sobre a importância da valorização da identidade e da memória e da preservação de cada Patrimônio Histórico, pois sem eles é difícil contar a história para as futuras gerações e, assim, prosseguiu-se para os outros roteiros temáticos da ECBH.

Então, já no segundo dia de mediação, que foi numa sexta feira da mesma semana, dia 22 de Julho/2022, ao chegarem na escola, o mediador que se destacou-se foi recebido com elogios, pela coordenadora, professora e profissionais que ali trabalhavam, dizendo: “Você foi um guerreiro!” Isso demonstra a importância da presença de um mediador naquele espaço. Desse



modo, logo em seguida, buscou-se em fazer novamente outras mediações, apesar de o público de visitantes ter sido um pouco menor, cabe ressaltar, ainda que dessa vez, outros colegas da turma de estágio participaram da mediação, cada um com a responsabilidade de relatar alguns patrimônios culturais, representados nas maquetes. Foram muitas perguntas, muitos relatos e, novamente percebemos como aquelas pessoas sentiam-se como participantes daquela história vivida em sua infância.

Neste segundo dia, se aproximou uma senhora aparentando ter cerca de setenta anos próximo a uma maquete que representava o Convento da Penha, sendo abordada, buscou-se identificar se ela conhecia a história da construção desse monumento histórico capixaba, para surpresa de todos esta senhora conhecia exatamente a história desse Patrimônio que é bastante antigo no Espírito Santo, situado na cidade de Vila Velha, região metropolitana de Vitória. Neste momento, deixaram esta senhora relatar a sua história, o seu conhecimento e até mesmo suas experiências vividas durante o período de sua juventude. Além do mais, contou até situações que nem todos tinham conhecimento e, que todos ficaram muito encantados e, toda a história narrada por aquela senhora, percebeu-se que naquele momento esse diálogo trouxe uma significância primordial, pois tratam de experiências vividas, relatadas por pessoas que tiveram contato com aqueles momentos que, de alguma forma, evocaram as lembranças e se tornaram parte de suas recordações. Ademais, ela fez uma pergunta bastante curiosa, se naquele espaço não tinha uma maquete da fábrica de tecidos que existiu na década de 1930, pois, a lembrança que veio em sua memória, foi de sua mãe, que trabalhou nela por muitos anos e, foi um trabalho que trouxe o sustento para sua família, que foram recordações que marcaram sua vida e sua infância e a saudade daquele momento, que despertou a curiosidade em saber da existência desse Patrimônio.

Apesar que, todos ali ficaram curiosos em saber exatamente que fábrica era essa, assim, continuavam-se as mediações, conversando, e caminhando juntamente com ela em alguns espaços, enquanto relatava elementos de sua história de vida, sua história de sobrevivência. Cada imagem ali representada,



remetia a uma história a contar, até dos bondes que existiam naquela época, situado na avenida Jerônimo Monteiro, no centro de Vitória, Espírito Santo. Ela relatava suas travessuras de sua infância. E pôde se perceber como estas lembranças, toda essa reconstrução, traz uma referência a grupos sociais, que permitem, pela via das memórias, uma identificação ao lugar e dos elementos que o constitui,

E por ao fim dessa experiência, compreendemos que a história é importante para os indivíduos, favorecendo a formação desse sentimento de pertença. Nas palavras de Halbwachs (1990, p.96),

[...] a memória não tem alcance sobre os estados passados e não restitui em sua realidade de outrora, senão em razão de que ela não os confunde entre si, nem com outros mais antigos ou mais recentes, isto é, ela toma seu ponto de apoio nas diferenças.

Considerações Finais

Toda essa experiência na Escola da Ciência Biologia e História (ECBH) contribuiu para que fossem realizadas as práticas educativas para o ensino de História no âmbito do Estágio Supervisionado II no período de 2022/1, envolvendo todos os indivíduos, na compreensão e na busca do conhecimento da história local. Por isso, as mediações feitas na instituição com os visitantes fortaleceram a valorização dessas temáticas, principalmente dos patrimônios culturais, para uma compreensão mais dialógica sobre o papel do ensino de História e a valoração das identidades históricas coletivas e individuais por meio dos patrimônios.

Diante disso, entendemos a importância da memória como elemento fundamental para que os indivíduos se reconheçam, tenham capacidade de reproduzir e significar suas histórias diariamente, pois o ensino de história local permite que possam constituir esse sentimento de pertencimento ao lugar de onde vivem. Como resultado, pôde-se compreender que o ensino da História tem como principal pressuposto a formação de cidadãos que permitem ser críticos quanto à realidade em que estão inseridos e, os conteúdos que foram abordados trouxeram uma reflexão significativa no intuito de refletir e, debater



sobre o que está acontecendo não somente sobre o passado, mas também que pudessem refletir sobre o presente. Por isso, houve a necessidade de que as mediações feitas na instituição pudessem envolver todos os visitantes nesse período, pois a História oral e local, reforçaram ainda mais as lembranças de cada um, evidenciando as relações de convivência dos indivíduos e, a partir dessa análise, percebemos que a maioria das narrativas colaboraram para o reconhecimento e recordações dos indivíduos na função de posicionar e dar identidade às pessoas como pertencentes ao lugar, favorecendo o conhecimento e reconhecimento por meio da memória individual e coletiva de todos os visitantes que passaram pela ECBH.

Referências

ABREU, Regina. **Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo** no Brasil In: Memória e novos patrimônios. Marseille: Open Edition Press, 2015. Disponível em: <http://books.openedition.org/oep/868>. Acesso em: 15 Jul. de 2022.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil**: Monumentos históricos e arqueológicos. México, DF, Instituto Panamericano de Geografia e História, Comisión de História, 35, Monumentos Históricos y Arqueológicos III, Publicación núm. 122, 1997

BRASIL. **Constituição de 1988**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-norma-pl.html>. Acesso em 15 Jul. de 2022.

CONTI, Raquel Félix. **Projeto político pedagógico**: Escola da Ciência Biologia e História. Vitória: SEME, 2011.

DAVALLON, Jean. "Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In. TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera. **Memória e novos patrimônios**. Marseille. Open Edition Press, 2015. Disponível em: <http://books.openedition.org/oep/866>. Acesso em: 15 Jul. de 2022.

DIAS, Welbia Carla. **A institucionalização do patrimônio do Brasil**. Goiânia: CIAR /Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos da UFG, 2014.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. In. De Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire



HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: In. Tomaz Tadeu da Silva. Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

IPHAN. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, 2000**. Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/documento_programa_nacional_do_patrimonio_imaterial.pdf>. Acesso em: 06 de Jun. de 2022.

_____. **Decreto no 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem Patrimônio Cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 15 Jul. de 2022.

IPHAN. **Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular**. In: CURY, Isabelle (Org.). Cartas patrimoniais. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN. 2000, p. 195-198

SCHMIDT, M.A; GARCIA, T.M.F.B. **Recriando histórias de Pinhais**. Curitiba: PMP; UFPR, 2000.

SCHMIDT, M.A; GARCIA, T.M.F.B. **Recriando histórias de Campina Grande do Sul**. Curitiba: UFPR/PMCGS, 2005.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 2º ed. São Paulo: Editora Scipione, 2009. Coleção Pensamento e Ação em Sala de aula.

Sobre o Autor

Gerderson Lucas Loyola dos Santos

gederlucas14@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9513-4305>

Possui graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário do Espírito Santo - UNESC (2011). Especialização Pós-Graduação Aperfeiçoamento em Formação Docente para a Educação a Distância pelo Instituto Federal do Espírito Santo - IFES (2022). Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (2022), com experiências nas áreas de patrimônios culturais históricos.